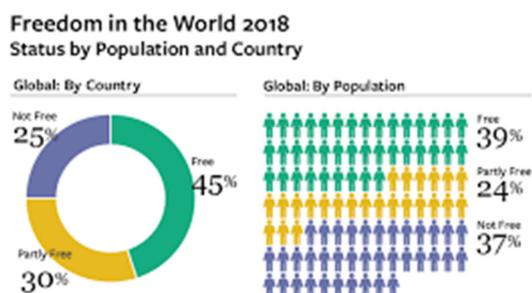


2018/01/21

O estado da democracia

Alexandre Reis Rodrigues

A *Freedom House* publicou recentemente o relatório¹ de 2018 sobre o estado da democracia no mundo. Malgrado as inevitáveis limitações deste tipo de trabalho, trata-se de um estudo sério que nos dá um retrato fiel dos dois principais campos sob observação – direitos políticos e liberdades individuais – em que o assunto é analisado. Merece atenção como um instrumento de avaliação do sentido da marcha da democracia no mundo.



Visto globalmente, o relatório não nos traz boas notícias na identificação dos países considerados “livres”, “parcialmente livres” ou “não livres”, as três classificações em que são agrupados os 195 países e territórios analisados. Apenas confirma a continuação de uma tendência de retrocesso pelo 12º ano consecutivo. Ou seja, com mais países a regredir do que a progredir no respeito pelos valores acima referidos. A aguardada redução da beligerância no mundo, que se esperava que acompanhasse o crescimento do número de sociedades livres, fica, de novo, mais remota.

Comparando os resultados observados em 2017 com os registados em 2007 constata-se uma redução de 1,5 pontos percentuais no número de países considerados livres (45,1% para 46,6%), uma redução de 1,3 pontos nos países parcialmente livres (29,8% para 31,1%) e um aumento de 2,8% no número de países não livres.² Em 1987, a situação, no entanto, era bem pior, com os três grupos muito equilibrados (34,5% livres, 34,5% parcialmente livres e 31% não livres). Michael Abramowitz, presidente da *Freedom House*, resume a situação nos seguintes termos:

«Political rights and civil liberties around the world deteriorated to their lowest point in more than one decade in 2017, extending a period characterized by emboldened autocrats, beleaguered democracies, and the United States withdrawal from its leadership role in the global struggle for human freedom»

Esta análise mostra que as democracias liberais continuam a perder espaço a favor de regimes autoritários e totalitários que, precisando de inimigos externos para justificar as suas políticas internas, não se mostram inclinados a manter compromissos com a paz e a coexistência. Este afastamento progressivo dos valores democráticos – que alguns já designam por crise da democracia – coloca riscos de

¹ O relatório apresenta uma análise da forma como os direitos políticos e as liberdades civis são observadas em cada país. **Não analisa a forma como funcionam os respetivos governos.** A pontuação máxima possível é de 100 pontos e resulta do exame de 25 indicadores recebendo cada um uma classificação entre 1 e 4. As pontuações alcançadas são depois usadas para determinar o estado dos dois elementos de apreciação (direitos políticos e liberdades civis) recebendo cada um uma classificação entre 1 e 7 (1 para o melhor, sete para o pior <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>)

² No total de 49 países não livres, os 12 com pior registo são os seguintes (por ordem decrescente): Síria, Sudão do Sul, Eritreia, Coreia do Norte, Turquemenistão, Guiné Equatorial, Arábia Saudita, Somália, Uzbequistão, Sudão, República Centro Africana e Líbia.

segurança e económicos que ameaçam o progresso da globalização e a interdependência entre países, considerada a chave da ausência de conflitos militares entre estados. Não se veem sinais de melhoria desta situação para o curto prazo. O que parece dominar as preocupações de muitos líderes é apenas a procura de estabilidade de que a economia precisa para prosperar, não dando apropriada atenção à defesa de liberdades e direitos civis.

A reclamação contra o facto de os EUA se terem retirado do papel de grande defensor e promotor global dos valores democráticos - de que o presidente da *Freedom House* se faz porta-voz no relatório em análise - explica parte das perspetivas sombrias, mas precisa de ser lida com cuidado. Ignora que foi precisamente sob esse objetivo que, anteriormente, se cometeram graves erros. Refiro-me, por exemplo, a abril de 2004, quando o Presidente Bush considerava a construção de um Iraque livre como uma «oportunidade histórica para mudar o mundo». Bush estava certo na ideia do poder da democracia para suplantar a tirania e terror³, mas foi desastroso na forma como procurou concretizá-la.

O que se passa com o atual presidente é totalmente diferente. Não só não fala da defesa da democracia como não cuida de manter uma imagem consentânea com os respetivos princípios. Por exemplo: 1. Não procurando ser transparente, nas ligações entre o seu atual cargo e o seu império empresarial e no preenchimento de cargos da administração com base em laços familiares, prática aceitável nos negócios mas controversa no meio político; 2. Não se mostrando sensato na forma agressiva e frequentemente pouco séria como lida com os órgãos de comunicação social; 3. Não se eximindo de exprimir admiração por líderes sobre quem recai grande parte da responsabilidade pelo desfecho negativo que o relatório da *Freedom House* retrata. Esta situação não é compatível com a imagem de país defensor dos grandes princípios democráticos. Muito menos será o facto de num total agregado de 100 pontos possíveis, os EUA receberem apenas 86 (menos três pontos do que em 2017, menos quatro do que em 2016)⁴.

Neste panorama pouco promissor, a Europa (42 países) consegue manter, apesar de alguns reveses, o melhor posicionamento regional com 86% de países livres (12% parcialmente livres e 2% não livres) e 85% de populações livres (2% parcialmente livre e 13% não livre). Em segundo lugar, está a região Américas (35 países) com, respetivamente, 66% (28% e 6%) e 69% ((27% e 4%). Em último lugar, a região da África Subsaariana (49 países) com 18% (43% e 39%) e 11 (52% e 37%).⁵

Porém, na região Europa nem tudo está bem. Há sinais preocupantes de aparecimento de líderes populistas e de crescimento de partidos de extrema direita que recusam o caminho de integração europeia e não estão a respeitar os princípios de separação dos três poderes. Apesar destas limitações, é a única região com países que conseguem a pontuação máxima de 100 pontos (Suécia, Noruega, Finlândia). Portugal⁶ não fica distante (97 pontos), posição que apenas cinco países ultrapassam (Canadá e Holanda 99, Nova Zelândia, Luxemburgo e Uruguai 98).

³ "The case for democracy", Natan Sharansky (2004), *Public Affairs*, New York.

⁴ Com pontuações idênticas estão a Croácia (86), a Polónia e Grécia (85) e a Roménia (84). Com melhores pontuações, por exemplo, ficam a Alemanha e Reino Unido (94) e a França (90).

⁵ As restantes avaliações mostram o seguinte quadro: Médio Oriente e Norte de África (18 países) com 11% de países livres (67% não livres e 22% parcialmente livres) e 5% de populações livres, e 83% de populações não livres (12% parcialmente livre); a Ásia/Pacífico (39 países) com 46% de países livres (33% parcialmente livres e 11% não livres) e 38% de populações livres; a Eurásia (12 países) com 42% países livres (58% não livres) e 21% de populações livres (79% não livre).

⁶ Entre os Palops, Angola é o único país que mantém o estatuto de não livre, mas está listado como merecendo acompanhamento em face das perspetivas de próxima mudança. Guiné-Bissau e Moçambique são considerados parcialmente livres.